

Piratini diz que 64 setores perderão incentivos se alta do ICMS for rejeitada

Plano B afetaria 64 setores do Estado

Alternativa ao projeto de elevação da alíquota básica de ICMS foi apresentada ontem e também altera taxação da cesta básica

GABRIEL JACOBSEN
gabriel.jacobsen@rdgaucha.com.br

A alternativa do governo Eduardo Leite para elevar as receitas, caso não consiga aprovar na Assembleia Legislativa o aumento da alíquota básica de ICMS de 17% para 19,5%, inclui o corte de benefícios fiscais para 64 setores. O plano B, com impacto estimado em até R\$ 3,6 bilhões por ano, foi detalhado ontem a deputados, empresários e imprensa.

A proposta é fundamentada em três pilares. Além da retirada gradual de 40% dos incentivos concedidos a 64 setores, está prevista a ampliação do ICMS sobre os itens da cesta básica e mudanças no Fator de Ajuste de Fruição (FAF).

O governo encaminhou a proposta de aumento da alíquota modal do ICMS em novembro, sob argumento de que é preciso ampliar a arrecadação para compensar as perdas decorrentes da redução da alíquota sobre combustíveis, energia e telecomunicações, aprovada no ano passado pelo Congresso Nacional.

Outro argumento é que é preciso evitar perdas futuras com a reforma tributária – que estabelece que a divisão do bolo do Imposto sobre Bens e Serviços (IBS, que vai substituir o ICMS e o ISS) será de acordo com as receitas registradas entre 2024 e 2028.



Eduardo Leite afirmou que mexer em incentivos fiscais é um caminho mais amargo do que aumentar a carga

A proposta, porém, enfrenta forte resistência de entidades empresariais, que pressionam os deputados para rejeitá-la. A votação está prevista para a próxima terça-feira.

Impacto

O governo gaúcho defende que o plano A – isto é, aumento da alíquota geral de ICMS – é o melhor caminho para garantir a ampliação da arrecadação com o menor impacto para a população.

– Alterar os benefícios é uma alternativa mais amarga, pois afeta a produção. Porém, sou o mesmo governador que responde pelas políticas de desenvolvimento econômico e pelos serviços essenciais à população, e não posso permitir o retorno a uma situação de desequilíbrio depois das receitas que nos tiraram – afirmou Leite.

Ontem, após o anúncio, duas das principais entidades do Estado, a Federasul e a Fecomércio-RS, criticaram a proposta alternativa.

Por maioria, Famurs decide apoiar a proposta original

ANDERSON AIRES
anderson.aires@zerohora.com.br

A Federação das Associações de Municípios do Rio Grande do Sul (Famurs) definiu posição favorável à proposta de elevação da alíquota básica do ICMS de 17% para 19,5%. O alinhamento ocorreu em assembleia geral da entidade, ontem em Porto Alegre.

Após o adiamento da semana passada, o encontro, realizado em formato híbrido, reuniu novamente as associações. Foram 15 votos favoráveis ao aumento, três contra, seis abstenções e quatro ausências.

A decisão da entidade não tem efeito direto sobre o tema, mas pode influenciar o posicionamento dos deputados estaduais, de acordo com suas bases eleitorais.

Necessidade de recomposição de arrecadação e tentativa de evitar perdas com a reforma tributária estão entre os principais pontos usados para justificar a posição oficial da Famurs, segundo o coordenador-geral, Professor Nado: – Nos próximos cinco anos, haverá uma média (de arrecadação) que ficará definitiva pelos próximos 50 anos, segundo a reforma tributária. Então, essa elevação também contempla que a arrecadação para o município seja elevada, porque nós participamos, em tese, de 25% do valor arrecadado pelo ICMS.

Nado afirma que o peso do aumento do ICMS em negócios locais dentro da economia de determinadas regiões e impactos na geração de emprego estão entre as principais justificativas das associações que votaram contra.

O presidente da Associação dos Municípios da Zona Sul (Azonasul) e prefeito de Chui, Marco Antonio Barbosa, alega que a reforma tributária poderá prejudicar o Estado e as cidades gaúchas:

– Nenhum município é a favor do aumento de impostos, mas também não queremos diminuir os serviços para nossas comunidades. Serviços de saúde, educação, transporte, de obras e agricultura.

Competitividade

Já a Granpal, que representa os municípios da Região Metropolitana, é uma das associações que votaram contra o aumento de ICMS. A entidade informa que respeita a posição da Famurs, mas reforça que tem entendimento contrário.

Em nota divulgada recentemente, a Granpal afirma que o aumento de imposto tira ainda mais competitividade da economia do Estado, que já sofre com um custo logístico acima da média nacional. Sobre o argumento de efeito da reforma tributária, a entidade defende a tentativa de alteração do texto discutido no Congresso.

Arepercussão

Empregos e empresas de setores fragilizados por secas, enchentes e anos de ineficiências governamentais, agora coagidos a ceder aos excessos de quem se nega a enfrentar os desafios de gestão, de quem apenas comunica sem abrir o verdadeiro debate, de quem insiste em duas alternativas ruins ignorando outras.

RODRIGO SOUSA COSTA
Presidente da Federasul

A Fecomércio-RS é contrária a qualquer aumento de carga tributária no Rio Grande do Sul, seja pelo aumento da alíquota modal, seja por retirada de benefícios fiscais.

LUIZ CARLOS BOHN
Presidente da Fecomércio-RS**Ponto a ponto****RETIRADA GRADUAL DE BENEFÍCIOS**

• O plano prevê a retirada gradual de 40% dos incentivos concedidos a 64 setores. A cada semestre, a partir do primeiro trimestre de 2024, o governo do Estado retiraria 10% dos benefícios. Na prática, o acesso aos benefícios ficará condicionado ao depósito de 10% a 40% do benefício em um fundo do Estado – o que significa, na prática, uma redução do incentivo, porque esse recurso retorna para os cofres públicos. Segundo o governo, o modelo já é adotado em outros Estados.

Impacto estimado: R\$ 433 milhões a R\$ 1,7 bilhão por ano.**CESTA BÁSICA**

• O segundo eixo prevê a ampliação do ICMS sobre os itens da cesta básica para 12%. Hoje, os produtos que compõem a cesta têm isenção ou alíquota de 7%.



– E para o pessoal da baixa renda que já tem o benefício do programa Devolve ICMS, nós vamos aumentar a devolução – destacou o vice-governador Gabriel Souza.
Impacto estimado: R\$ 1,3 bilhão por ano.

FATOR DE AJUSTE DE FRUIÇÃO (FAF)

• Atualmente, empresas garantem 85% do benefício integralmente e, para usufruir os demais 15%, devem adquirir insumos no próprio Estado. Com a mudança, 100% do crédito presumido ficaria condicionado às compras no Rio Grande do Sul.

Impacto estimado: R\$ 382 milhões a R\$ 607 milhões por ano.

Veículo: Impresso -> Jornal -> Jornal Zero Hora - Porto Alegre/RS

Pagina: 7